



UNILAB

Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

CELINA ISABEL ANDRE ARCANJO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL
NO MUNICÍPIO DE LIBOLO, PROVÍNCIA DE KWANZA SUL -
ANGOLA**

ACARAPE - CEARÁ

2021



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

CELINA ISABEL ANDRE ARCANJO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL
EM LIBOLO - PROVÍNCIA DE KWANZA SUL - ANGOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso – apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof^a. Dra. Geranilde Costa e Silva.

ACARAPE-CEARÁ

2021

TERMO DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso (projeto de pesquisa) apresentado ao Curso Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado em Humanidades.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM LIBOLO - PROVÍNCIA DE KWANZA SUL - ANGOLA

CELINA ISABEL ANDRE ARCANJO

(Acadêmica)

Data da Aprovação: ____/____/____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Geranilde Costa e Silva (Orientadora)

Prof^ª. Dra. Georgia Maria Feitosa e Paiva
ILL/Unilab

Prof^ª. Dra. Cristina Teodoro
(IHLM/UNILAB)

"Se os meus olhos não me deixam obter informações sobre homens e eventos, sobre ideias e doutrinas, terei de encontrar uma outra forma."

Louis Braille

RESUMO

Trata-se de um projeto de pesquisa apresentado como tema “Educação Inclusiva da Criança com deficiência visual no em Libolo Província de Kwanza Sul/ Angola” e tem como objetivo geral analisar como se dá o processo de atendimento as crianças com deficiência visual, no que diz respeito à educação e o acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem. Quanto à metodologia trata-se de uma pesquisa qualitativa com uma abordagem descritiva baseando-se em um método de coletas de dados, através das pesquisas bibliográfica e documental.

Palavras-Chaves: Deficiência Visual. Educação em Angola. Políticas Públicas. Inclusão

ABSTRACT

This is a research project presented as the theme “Inclusive Education for Children with Visual Impairments in Libolo Province of Kwanza Sul / Angola” and its general objective is to analyze how the process of assisting visually impaired children occurs, regarding it concerns education and the monitoring of development and learning. As for the methodology, it is a qualitative research with a descriptive approach based on a method of data collection, through bibliographic and documentary research.

Keywords: Visual Impairment. Education in Angola. Public policy. Inclusion

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus por tudo que tem feito na minha vida, segundo a minha mãe Rosa Armindo pela força e o amor incondicional por toda força para chegar até aqui.

Quero agradecer a professora Geranilde Costa por ter aceitado fazer parte desse trabalho, pela atenção e afeto que teve ao longo desse trabalho. Agradecer também ao Gilson Armindo Domingos pelo apoio, as minhas irmãs e companheiras Belmira Sorte José, Telma Albano Gola, Telma Parícia Silva, Marlene Luís e a Vanice Domingos.

Acredito que todos vocês contribuíram para esse trabalho de forma direta e indireta e só tenho agradecer a todos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8.
1. JUSTIFICATIVA.....	10
2. DELIMITAÇÃO E PROBLEMA DA PESQUISA.....	14
2.1. Objetivos geral.....	14
2.2. Objetivo específico.....	14
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	14
4. A PROVÍNCIA DE KWANZA SUL- EM ANGOLA.....	16
4.1. Demografia do município de Libolo.....	18
5. A EDUCAÇÃO EM ANGOLA.....	21
5.1. Educação Inclusiva em Angola.....	24
6. REFERÊNCIAS.....	27

INTRODUÇÃO

Esse projeto de pesquisa intitulado Educação inclusiva da criança com deficiência visual em Libolo - província de Kwanza Sul – Angola, nasceu por meio de minhas experiências pessoais ainda em Angola e que foram reforçadas a partir dos estudos realizados sobre a temática da educação especial na perspectiva inclusiva realizados na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab. Compreendemos que as crianças representam o futuro de qualquer sociedade, e a elas são conferidos os direitos universais consagrados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, com objetivo de garantir a sua proteção física, emocional em ambiente saudável. Uma vez que as crianças têm um lugar na sociedade, mas ainda assim diariamente assistimos a violação desses direitos, sobretudo no que diz respeito à ausência de políticas públicas. Sendo que essa situação se agrava quando se trata de uma criança com deficiência, assim: “Ser criança com alguma deficiência é ainda mais desafiante, pois tem de enfrentar preconceitos culturais, estigmas, rótulos e limitações em todo o tipo de recursos e acesso a serviços de apoio necessários à sua integração social e inclusão escolar.” (PATATAS; SANCHES, 2017, p. 65).

Dessa forma, podemos afirmar que as crianças com necessidades especiais são àquelas que apresentam alguns tipos de transtornos, são eles: motor, cognitivos e comportamentais. De modo que são as mais afetadas nessa exclusão, pois são impedidas de desfrutar seus direitos. Portanto, as sociedades tanto quanto os governos devem estar preparados para acolher e respeitar essas pessoas e, nesse caso, especialmente o governo de Angola. Sobre essa questão Camara (1998) pensa que

Ainda por cima, pode-se dizer que a maior parte das crianças angolanas sofre, de maneira diversa, dos traumatismos provocados pela guerra que viveram. As consciências foram duravelmente atingidas, daí a necessidade duma nova abordagem pedagógica no período de construção da paz. (CAMARA, 1998, p. 6).

Somos diferentes, essa é a lei da vida, uns nascem mais altos outros mais baixos, uns negros, outros brancos, etc. No entanto cada deficiência tem a sua peculiaridade, mas nem por isso devemos ignorar e discriminar quando nos deparamos com a diversidade principalmente no que se refere a etnias, ideologias, religiosas e físicas que existe entre os seres humanos. Por

esse motivo é necessário entender que todos nós apresentamos características particulares e isso nos torna diferentes e diversos, de modo que Samuango destaca (1998, p. 62): “Também existem crianças que apresentam desajustes e deficiências na sua formação devido a uma inadequada atenção e educação na família e também por abandono pedagógico no período pré-escolar ou escolar”.

Desta feita esse trabalho pretende investigar como tem se dado o processo de inclusão de crianças com deficiência visual, no âmbito educacional, em Angola, no município de Libolo, província de Kwanza Sul.

De acordo com Leite e Silva (2006) é de suma importância oferecer às pessoas com deficiência igualdade em tudo que lhes permite no acesso às informações e instrumentos que possam facilitar o seu processo de escolarização, e conseqüentemente, a qualificação de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade. Vale pensar a importância dos acessos de setores, tanto para o mundo acadêmico, social e quanto para si mesmo, para o seu engrandecimento pessoal, principalmente a educação, uma vez que ela promove o pleno desenvolvimento, seguindo esse pensamento, Bento (1998) afirma que:

Uma criança que já não pode ter uma percepção luminosa ou que tem pouca visão, (pouca acuidade visual), necessita duma formação especial que poderá ajudá-lo a ter uma vida mais ou menos autônoma, para que não fique sempre um peso para a família e a sociedade, mas que possa também desenvolver uma atividade no sentido de contribuir para o bem estar da sua vida pessoal e da sociedade em geral. (BENTO, 1998, p 73).

Em Angola usa-se muito a frase “*As crianças são o futuro do amanhã!*”, importante pensar em que crianças é que estamos a falar, porque se forem incorporar as crianças com algum tipo de deficiência, percebe-se que estamos perante a uma exclusão social, que acaba por violar e privar as mesmas de um desenvolvimento educacional e social. Sendo que elas também fazem parte da sociedade e que por sua vez têm que gozar no maior grau possível de direitos que as garanta exercerem cidadania.

Frente às questões acima esse projeto de pesquisa foi constituído por meio dos seguintes capítulos, no primeiro a Justificativa, momento que exponho experiências pessoais em tive contato com a uma criança deficiente visual, de modo que passo a expor também autores/as que discutem sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. No segundo capítulo faço a Delimitação do Problema a ser estudado, momento em que exponho os objetivos do mesmo. No terceiro capítulo apresento a Metodologia com a qual essa pesquisa será realizada desenvolvida. No quarto capítulo trago um pouco do histórico da educação em

Angola. No quinto capítulo exponho o lócus da pesquisa. E sexto capítulo é composto pelas Referências.

1 JUSTIFICATIVA

O motivo que me levou a escolha desse tema é que primeiramente sou da província de Kwanza Sul do município de Libolo, pois nasci lá e minha mãe e meus irmãos são todos da citada província. Aos meus (6) seis anos parti para Luanda, capital de Angola, onde morei na casa de uma tia, irmã da minha mãe, lugar onde tive todo meu crescimento até o início da fase adulta. Todavia, as minhas férias eu passava sempre em Kwanza Sul para visitar a minha família e amigos.

Por causa dos meus estudos na capital, não percebi a realidade e a exclusão das pessoas com deficiência visual no que concerne à educação e às políticas públicas do município em questão, até que em 2009 quando estava a fazer 5ª classe fui de férias para Libolo e lá percebi que a filha da vizinha da minha mãe, tinha deficiência visual, o que a levava a não brincar com as outras crianças. Frente a essa situação perguntei a minha mãe o porquê que ela não saía de casa nem para brincar. De modo que eu fiquei tão comovida por saber que ela não estava a aproveitar a infância pelo fato de ser deficiente visual. Assim, percebi que de certa forma esse tipo de deficiência acabava por intervir no desenvolvimento da citada menina como pessoa, e conseqüentemente, ela era impedida de se socializar com as outras crianças, de acordo com Fernandes e Feijó (1998) afirmam:

As crianças têm oportunidade de brincar e aprender juntamente umas com outras as crianças, esta interação entre elas ajuda as crianças com necessidades especiais a compreenderem melhor as crianças consideradas “normais” e vice-versa. As crianças aprendem desde muito cedo a vencer as barreiras que poderão encontrar na escola e na comunidade, o que lhes permitirá uma maior adaptação social. (FERNANDES & FEIJÓ, 1998, p. 100).

Foi quando a minha mãe me explicou que na província de Kwanza Sul nenhuma escola recebe crianças com deficiência visual, tanto é que os/as professores/as não têm formação específica para lidar com essas crianças. Assim, as famílias que têm algum parente com essa deficiência terá que migrar para outras províncias que tem escolas que as acolhem.

De acordo com Alfama (2013) conhecer as necessidades de formação do/a professor/a constitui assim uma prioridade no sentido de garantirmos respostas adequadas à inclusão de alunos/as com necessidades educativas especiais nas turmas regulares, entretanto, é necessário docentes qualificados/as nessa área, a fim de contribuir na formação pessoal e escolar dessas crianças.

Posteriormente, quando cheguei à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira – UNILAB, em 2018, fui informada que no final do curso de Bacharelado em Humanidades teria que apresentar um projeto ou pesquisa científica de minha autoria. Por consequência pensei logo em falar sobre a educação inclusiva especificamente em minha província, sendo essa uma oportunidade de me debruçar sobre esse problema que as crianças com deficiência visual vivem lá.

Em Kwanza Sul grande parte da população depende exclusivamente da agricultura, ou seja, do campo, por esse motivo são muitas dificuldades para realizar a formação escolar principalmente para a juventude. Não somente as pessoas com deficiência visual têm de migrar para outras províncias bem como também jovens em busca de uma formação melhor ou de um emprego digno. Infelizmente as crianças com deficiência têm sido alvo de muita ignorância e isso vai até as leis de base do sistema de educação de Angola, pois são poucas as leis voltadas para às pessoas com deficiência.

Luanda sendo a capital econômica e política, devido a isso concentra grande parte da população de Angola, assim como algumas instituições pública, como é o caso da instituição pública Complexo Escolar 1.173 – de Ensino Especial (conhecida como escola dos mudos), sendo a mais conhecida e que alberga estudantes com vários tipos de deficiências, tanto crianças e jovens.

Entretanto, sempre que eu ia para a escola, isso durante o tempo em que eu cursei o ensino médio, entre os anos de 2013-2016, caminhava perto dessa escola e causava-me um impacto devido à quantidade de alunos/as que eram atendidos/as sendo que essa tem péssimas condições de funcionamento. Isso porque era possível perceber que as crianças estavam cumprindo o ano letivo somente pela formalidade, sendo que muitas delas ficam por muito tempo fora do espaço escolar correndo o risco de se perderem. Podemos citar, por exemplo, estudantes com transtornos mentais que ficavam a andar e correr do lado de fora da escola.

Outra questão que ainda é muito comum é o fato da escola não possuir transporte escolar, e assim, essas crianças eram trazidas por uma longa distância (a pé ou de bicicleta) diariamente pelos familiares, que por sua vez, passavam o dia todo fora da instituição, na porta esperando até a aula terminar, com medo de que as suas crianças se perdessem ou sofressem

algum tipo de acidente. Toda essa situação influi de modo significativo para que tal situação acabe por contribuir para que os responsáveis por essas crianças desistam do atendimento a ser dado à criança.

O atendimento escolar de pessoas com deficiência visual é feito por meio do uso do Braille que de acordo com Bento (1998) é um instrumento básico que ajuda no processo de ensino e aprendizagem das pessoas cegas quanto à leitura e na escrita. Sendo esse um material que liberta o deficiente visual da total dependência na sociedade moderna, tornando-se um apoio básico, que vai facilitando no desenvolvimento da criança, assim: “Nesse sentido é possível dizer que a escola Inclusiva não é apenas a escola onde estão todos os alunos, mas é a escola onde todos os alunos aprendem” (LEITE, 2011, p.6). Sem que haja a rejeição do próximo que apresenta deficiências físicas e culturais, mas tornando o espaço mais acolhedor de maneira que a convivência se torne fluida.

No entanto, muitos desses materiais não são disponibilizados nas escolas públicas de Angola, contudo é uma obrigação do estado promover mecanismos para que a sociedade possa ter uma educação mais abrangente e mais sólida. Quanto às escolas privadas essas têm um número de estudantes bem reduzido, que por sua vez também sofrem por falta de matérias didáticos, assim:

Quando falamos em “necessidades educacionais especiais” sugerimos a existência de um impasse na aprendizagem, indicando que os alunos com tais necessidades precisam de recursos e serviços educacionais diferenciados dentro do contexto escolar, o que faz com que os sistemas de ensino e, sobretudo os professores, busquem novos caminhos para oferecer recursos e serviços adequados para cada indivíduo, deixando de lado as terminologias negativas que rotulavam os alunos com necessidades como “deficientes”, “anormais”, “retardados”, entre outras. (ROCHA, 2017, p. 3).

Consideramos que a pesquisa em questão é de grande relevância, pois intencionamos contribuir com os estudos que versam sobre a Educação Inclusiva, com ênfase para a inclusão de estudantes cegos ou com baixa visão. De modo a contribuirmos com a finalidade de construção de uma sociedade sem preconceito e discriminação para com as pessoas que possuem algum tipo de necessidade educativa especial.

É importante destacar também a participação ativa da família no processo de desenvolvimento das pessoas com esse tipo de deficiência, porque em alguns casos sente-se a ausência da família, negação que geralmente parte desde o primeiro momento que essas crianças chegam ao mundo, que infelizmente podem até mesmo serem abandonadas nos

hospitais, deixadas nas ruas e/ou entregues junto aos lares de acolhimento de pessoas com necessidades especiais, contudo outras sofrem no seio da sua própria família, que não são aceitas sob o argumento que são alvo de feitiço, como dito por Correia (2017):

Na sociedade guineense, alguns grupos étnicos têm como prática cultural assassinar crianças deficientes. De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas, os Balantas, Mancanhis e Manjacos, em alguns casos eliminam fisicamente crianças com deficiência, alegando que as crianças que nascem com uma deformidade, é “iran”. Sendo, portanto, amaldiçoada, ou é a punição de Deus, à sua família. (CORREIA, 2017, p.7).

Entretanto para que seja justo, tanto o estado e a sociedade devem ter um olhar mais comprometido e contribuir para que todos e todas se sintam bem e gozem dos mesmos direitos em todos os espaços sociais sem exceção, assim, Leite (2011) destaca que:

O reconhecimento da diversidade dos alunos, dentro de uma escola e de uma turma, tem, como consequência óbvia, a constatação de que não é razoável exigir que todos os alunos aprendam da mesma maneira, com o mesmo tipo de atividades, no mesmo tempo, os mesmos conteúdos. (LEITE, 2011, p.15).

Portanto, esse trabalho pretende colaborar para pesquisas futuras a fim de compreender melhor sobre a implantação de políticas educacionais voltadas a pessoas que possuem deficiência visual. Ainda com esse estudo científico desejamos trazer ao público informações de forma a contribuir para com a política da educação inclusiva. E assim, pretendemos alcançar além da comunidade acadêmica mais, sobretudo, as famílias para que esta obtenha mais conhecimentos sobre essa temática.

2 DELIMITACAO E PROBLEMA DA PESQUISA

Assim considerando-se os principais elementos da pesquisa até aqui apresentados, sobre a educação inclusiva da criança com deficiência visual no município de Libolo província de Kwanza Sul-Angola entre os anos de 2009 – 2020. De modo que logo abaixo apresentamos os objetivos desse estudo.

2.1 Objetivo Geral

Analisar como se dá o processo de atendimento as crianças com deficiência visual, no que diz respeito à educação e o acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem das crianças com necessidades especiais no município de Libolo- Kwanza Sul Angola

2.2 Objetivos específicos

Dessa forma, este projeto tem os seguintes objetivos específicos:

- a) Compreender os fatores que influenciam na exclusão de crianças com deficiência visual no sistema educacional no município do Libolo;
- b) Entender como se dá o processo de aplicação de políticas públicas voltadas à educação inclusiva em Angola.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Tendo em conta a pesquisa em questão destacaremos o embasamento teórico com base nos objetivos traçados, para a realização da mesma, uma vez que será realizado um estudo qualitativo com uma abordagem descritiva. Gil (2010) assevera que nas pesquisas qualitativas de abordagem descritivas os/as entrevistados são incluídos neste grupo, por terem como objetivo levantar as opiniões, atitudes, e crenças, de uma população, e também se assemelham com as exploratórias no sentido de coletas de dados.

A metodologia qualitativa é um método que nos permite captar muito além da dimensão da quantidade, ou seja, que nos dá o direito de interpretar e não apenas fazer uma estimativa. Permitindo ao/a pesquisador/a uma aproximação de resultados convenientes através das suas técnicas ou mecanismo que permite conhecer ideias ou conhecimentos do que estar

sendo pesquisado. E nessa linha de pensamento Minayo (2002, p. 21) enfatiza que “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sócias com um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

Para Marconi e Lakatos (2010) a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos de forma a nos dar uma concepção mais vasta do grupo local no processo da pesquisa, e também nos permite descrever a complexidade do comportamento humano. Fornece análises mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento nesse sentido serão refletidas os seus valores.

Já segundo Creswell (2010, p. 206): “a investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretações dos dados”. Sendo assim podemos dizer que o método qualitativo se unifica em procedimentos de maneira a coletar exames de dados que foram extraídos. De modo que essa pesquisa vai se constituir no cruzamento da análise documental de caráter bibliográfico a partir de consultas de livros, artigos, monografia, dissertações, leis da constituição de Angola, o que nos possibilitara a compreender melhor sobre tema aqui proposto.

De acordo com Gil (2010) a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto como livros, artigos científicos, essas matérias compõem a pesquisa bibliográfica, enquanto essa pesquisa é agregada em uma conjuntura de matérias de vários atores, a pesquisa documental atenta numa trilha de diversas fontes, como o autor coloca que não receberam nenhum tratamento profundo.

A pesquisa de campo será feita em Angola na província de Kwanza Sul município de Libolo com informação resultante da pesquisa no campo que permitirá desenvolver de acordo com a proposta da pesquisa, com entrevistas não padronizadas e não dirigida.

No entendimento de Marconi e Lakatos (2010) nesse tipo de entrevista o/a entrevistador/a tem a liberdade de desenvolver cada situação em qualquer direção e deixar o entrevistado/a sentir-se confortável de modo a expressar a sua opinião livremente. É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão de maneira a percorrer mais a fundo o assunto.

Pretendemos realizar entrevistas com (6) seis informantes, sendo: (2) dois diretores de instituições diferentes de ensino de base (ensino infantil), 2 (dois) coordenadores e (2) dois professores do ensino de base. A escolha do diretor e coordenadores se deu pelo fato da importância da atuação dos mesmos, ou seja, do acompanhamento que realizam na instituição junto ao corpo de docentes do ensino infantil, por meio de ações, orientações, planejamento

entre os docentes e efetivação compartilhadas com os alunos. A escolha pelos/as professores/as se deu pela importância de atuação enquanto educador/a e mediadores/as, entre o conhecimento e as crianças. E saber acerca da visão deles/as sobre a educação inclusiva, sobretudo a presença de crianças com necessidades especiais no âmbito escolar. Contudo sem deixar de lado a família que é o primeiro grupo, a base de tudo, na qual submeteremos os pais das crianças com deficiência visual a uma série de questões inerentes à pesquisa em questão. A escolha desses/as participantes se dá pelo fato deles/as constituírem um papel importante na pesquisa, no sentido de informar com mais detalhes a situação dos/as seus/suas filhos/as e, efetuada com recursos e técnicas de natureza qualitativa.

As técnicas em questão nos permitirá, através de um questionário, colocar para o conjunto de investigados/as, uma série de questões relativas à sua situação social, familiar, suas opiniões, em relação à educação inclusiva da criança com deficiência visual no município de Libolo. Para coleta de dados iremos utilizar gravador, um bloco de anotações, celular, uma câmera, caso o/a entrevistado/a aceite ser filmado/a, e outros mecanismos que nos ajudarão no desenvolvimento da nossa pesquisa.

Importante salientar que caso não haja a possibilidade da deslocação para Angola, a fim de realizar a pesquisa faremos as entrevistas de forma virtual.

4 A PROVÍNCIA DE KWANZA SUL – EM ANGOLA

Kwanza Sul é uma das 18 províncias de Angola e está situada no litoral Centro – Oeste, e ocupa uma extensão de 55.660 km². A Província faz fronteira a Norte e Nordeste pelos rios Longa e Kwanza, a sul com as Províncias de Luanda, Kwanza Norte, Malange e Benguela, a sudeste Bié e Huambo e com Oceano Atlântico a Oeste. A mesma contém 12 (doze) municípios entre eles estão: Conda, Amboim, Ebo, Mussende, Cassongue, Quibala, Porto Amboim, Quilenda, Seles, Waku Kugu e Libolo, tendo como capital o Sumbe.

A província tem uma potencialidade no que diz respeito aos recursos naturais e também na sua reprodução agrícola, grande parte das famílias vivem dessa produção para poderem se manter.

Libolo é um dos (12) doze municípios da província de Kwanza Sul, está localizado na costa ocidental de África, ocupa uma área territorial de 5.920 km² e tem uma população

estimada de 103 mil habitantes. O município é constituído por (4) quatro comunas, sendo: Calulo, Cabuta, Munenga e Quissongo.

A educação inclusiva em Kwanza- Sul ainda não é pensada de um modo geral em que envolve todos/as os/as estudantes, principalmente as crianças com deficiência visual, para além do país ainda estar nesse processo de incluir pessoas com deficiência no sistema escolar, também as políticas públicas não funcionam na sua totalidade, principalmente no que vincula a educação inclusiva, como menciona Padre (2016).

As Políticas Públicas são um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas por um governo que contam, diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados em diferentes níveis, que visam assegurar determinados direitos de cidadania, de forma disseminada ou para determinados seguimentos de uma sociedade. (PADRE, 2016, p. 9).

Logo a Lei de Bases do Sistema Educacional, no capítulo 8, artigo 73, decreta que o governo deve elaborar um plano de emergência para a construção e recuperação de edifícios escolares e seu apetrechamento, visando ampliar a rede escolar, priorizando o ensino primário. Mas ainda assim em Kwanza Sul sente-se muito a falta de escolas principalmente escolas inclusivas, motivo pela qual grande parte da população migra para outras províncias. Por esse motivo é possível dizer que:

Em Angola, referindo-se a dados de 2011, “o maior índice de crianças com deficiência física encontra-se na região centro e sul do país, onde o conflito armado foi mais intenso”⁶ e o preconceito contra estas crianças é bem real. Em 2012 foram identificadas 28.456 crianças e jovens (entre o zero e 17 anos), com deficiência, que procuraram assistência social nas diferentes instituições governamentais. Há uma estimativa que aponta em 2%, a existência de crianças com NEE, no total da população. (PATATAS & SANCHES, 2017, p. 68).

De acordo com os dados das autoras acima é possível constatar um desinteresse por parte do governo para com essas crianças e jovens, pois vem sendo ignorados/as, e isso não se pensa só nas crianças com deficiência, mas também com pessoas ditas “normais” é bem verdade que tem algumas províncias e municípios na região sul que ainda carecem de escolas e se tem são escolas muito precárias e que apresentam péssimas condições.

se consolide a educação inclusiva nas 18 províncias do País, prevendo-se que todos os alunos possam participar e beneficiar com sucesso dos espaços e processos comuns de ensino e de aprendizagem. (LUCIANO, 2014, p. 75).

Diante dessa abordagem podemos constatar que, cabe ao governo sendo ele que tem autonomia e dever criar mecanismo para combater a discriminação e a desvalorização das pessoas com deficiência na sociedade.

Embora as políticas públicas de Angola para as pessoas com deficiência sejam poucas e não se discuti muito, mas ainda assim não se pode negar a presença dessas pessoas, que todos os dias sofrem ataques das mais variadas formas, abusos, comentários maldosos, e piadas.

De acordo com Luciano (2014, p.70) enfatiza que: “o atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais deve ser feito num meio mais inclusivo possível e as escolas do Ensino Geral são a via eficaz para a promoção da cidadania de facto”

Historicamente a guerra civil¹ em Angola trouxe muitas consequências em que muitos que lutaram na guerra perderam suas casas, famílias, empregos, isso sem falar das sequelas físicas e psicológicas deixadas em homens, mulheres e crianças. No entanto, desde a independência em 1975 até os dias atuais infelizmente a educação inclusiva em Angola ainda não tem sido tão abrangente. Este é um dos motivos que faz com que grande parte das crianças com necessidades especiais estejam fora do ensino escolar. Sobre essa questão Lustosa & Luciano (2011) dizem que:

As últimas décadas deste século foram marcadas pelo debate mundial acerca da inclusão de alunos com deficiência no sistema comum de ensino, estabelecendo o componente fundamental da universalização do acesso de todos à educação. A inclusão de alunos com deficiência no sistema comum de ensino é a meta que Angola pretende alcançar e esse pressuposto exige o redimensionamento do modelo educativo até então adotado - hoje compreendido como segregativo-, e se lançar em busca da (re) organização para a inclusão. (LUSTOSA & LUCIANO, 2011, p.1).

Tal como propõem Lustosa e Luciano (2011) nós concordamos que a exclusão é uma maneira de desagregar uma pessoa ou grupo social de um meio em que é desvalorizada, que por sua vez essa mesma pessoa ou grupo social acaba por se isolar das demais e privadas dos seus direitos. A exclusão social tem as suas implicações e normalmente gera muitos problemas

¹ Após a independência 1975, Angola teve uma guerra civil entre os partidos que foram MPLA (Movimento popular de Angola) UNITA (União nacional independência total de Angola) FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) que queriam governar o país. A guerra foi uma das mais sangrentas e destacou-se mais nas províncias (interior) onde milhares de pessoas morreram, essa guerra só teve o final em 2002 quando se assinou o acordo de paz.

e dificuldades no cotidiano dessa pessoa em que a responsabilidade fica demarcada pelo estado ou pela sociedade. De modo que

A exclusão educacional sempre conduz à marginalização do indivíduo na sociedade e podemos estar presentes a uma situação de violação dos direitos humanos. Infelizmente ainda persistem formas de gestão e organização das situações pedagógicas orientadas para o aluno-padrão e nas quais a integração de um aluno diferente necessariamente é vista como perturbadora do “normal” funcionamento do grupo/turma. (ALFAMA, 2013, p. 45).

A Declaração de Salamanca da Conferencia Mundial de Educação Especial (1994) que por sua vez é representada por 88 governos e 25 organizações internacional, velam contribuir com as necessidades e providenciar a educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais. Ainda na mesma declaração, alerta-se para que todos os governos dêem prioridade para os sistemas educacionais, no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças independentemente de suas diferenças individuais e que adotem o princípio de educação inclusiva na forma de lei ou política.

Porém, diante dessa declaração há de se notar a importância que tem para sociedade principalmente para as pessoas com deficiência, sendo que elas são isoladas totalmente do meio social.

O cumprimento da Declaração de Salamanca é uma forma de acolher, proteger as pessoas com qualquer tipo de necessidade educativas especiais, que de outra forma podem tomar decisões precipitadas, que muitos deles acabam por cometer suicídio. Então são essas questões que devem ser alinhadas com a sociedade e o estado deve refletir com a finalidade de alcançar resultados positivos, sem necessariamente que haja uma divisão em todos os âmbitos, dessas pessoas com deficiência.

Matos (1998) enfatiza que a fome, a falta de um lar, a mudez, as epidemias, o analfabetismo, a sub escolarização e desnutrição grave, a falta de acesso à água potável e saneamento adequado, atingem distintas parcelas do tecido social angolano em todo o espaço nacional comprometendo inexoravelmente o futuro das crianças, e quando o governo não vê isso como pontos principais que precisa melhorar, mais difícil alcançar o desenvolvimento de um país.

5 A EDUCAÇÃO EM ANGOLA

Angola é um país que faz parte do continente africano, localizada na África Austral, faz fronteiras com os seguintes países, ao norte com a República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e oeste o país é banhado pelo oceano atlântico. O mesmo é composto por 18 províncias, tendo Luanda como a capital e a Língua Portuguesa como língua oficial. Tem uma extensão territorial de 1.246. 700 Km², de acordo com o censo realizado em 2014, temos uma população estimada de 28.4 milhões de habitantes. Angola teve uma presença colonial das forças portuguesas e se tornou independente no dia 11 de novembro em 1975. De acordo com Zau (2002):

Decorrente dos princípios constitucionais da 1.a República, em 1975, foi instaurado o princípio da gratuidade do ensino logo após a independência de Angola, o que provocou uma explosão escolar, sobretudo na pré-escolar e na primeira classe. De notar que, em 1973, o número de alunos, em todo o ensino primário, era de 512.942, dos quais um terço eram portugueses. Com a falta de infra-estruturas e de recursos humanos suficientes, em quantidade e qualidade, podemos desde logo afirmar, que os dois primeiros anos após a independência, no sector da educação, se caracterizaram pelo levantamento de graves problemas. Estavam matriculadas 1.026.291 crianças, nos quatro primeiros anos de escolaridade em Angola, assimetricamente distribuídos por 15 províncias. (ZAU, 2002, p.70).

Zau (2002) ainda argumenta que para este milhão de alunos/as, havia cerca de 25.000 professores primários repartidos desigualmente pelo país. Cerca de 52% dos/as professores/as primários tinham apenas a 4^a classe, como habilitações literárias. Antigamente as pessoas que chegavam até 4^a classe tinham a oportunidade de poder lecionar, sobretudo, nas zonas rurais. As quatro primeiras classes do ensino primário, muitas vezes estudavam em simultâneo numa mesma sala de aula. Isto explica necessariamente o baixo nível de ensino naquela altura devido à falta de infraestrutura e o número de professores/as sendo que havia um nível elevado de alunos/as em uma única sala. Trilhando nessa ideia André (2010) enfatiza que:

Nota-se que a falta de professores qualificados e especializados para o ensino de História era uma preocupação, sendo que, por estes motivos e considerando o pouco número de docentes existentes nos primeiros anos depois da Independência, tomaram-se algumas medidas. Estas medidas focaram-se na cooperação estabelecida entre alguns Governos com as quais Angola tinha relações de amizade e cooperação. Entre vários países predominantemente de

opção socialista e progressista, destaca-se a República de Cuba, na ministração das aulas de Ciências Sociais e História neste nível de ensino. (ANDRE, 2010, p. 90).

Ainda de acordo Zau (2002) a escola em Angola servia necessariamente interesses que visavam perpetuar a colonização, apresentava uma dimensão totalmente estrangeira para a grande maioria dos/as angolanos/as devido ao processo colonial. Era assim que funcionava a escola em Angola, pouco ou nada se preocupava em ensinar sobre a realidade angolana ou africana, mas sim, quase exclusivamente, sobre Portugal e a Europa.

Assim, tudo aquilo que era nacional como as tradições, as crenças, os ensinamentos que partiam da oralidade, as línguas nacionais tudo isso foi substituído pela cultura do colonizador de maneira a inviabilizar a cultura angolana.

Depois da Independência o governo de Angola empreendeu reformulação do sistema de educação e ensino. Esta enorme tarefa, teve como objetivo colocar a educação ao serviço do objetivo principal do povo angolano: construção da sociedade socialista e na formação do Homem novo. (Idem, 2010, p. 89).

Segundo Ferreira (2016) Angola a partir da independência 1975 ao período do multipartidarismo formal, o sistema educativo angolano sofreu alguns sobressaltos marcados por *reformas* apressadas, desenhadas em gabinete, sem debate público e ausência da comunidade educativa e implementada com a rapidez dos contextos específicos das sociedades em manifestação político/ social. A febre da militância com o objetivo imediato de acabar com o analfabetismo no sentido de promover a sua socialização para o desenvolvimento do país tanto para as pessoas como um todo, desta feita era necessário implementar uma escola gratuita para todos/as, principalmente as classes iniciais, com vista à construção do *Homem Novo*, incluiu nos materiais pedagógicos, fortes cargas ideológicas de aspecto marxista/leninista, com propósito de uma Angola desenvolvida. Sobre essa questão Zau (2002) diz que:

Evidentemente que, aquilo que se ensinava respeitante à África, era apenas para criar no aluno o sentimento de que Portugal era uma grande potência civilizada e, por isso, qualquer revolta contra a colonização, estava desde logo condenada ao fracasso. (ZAU, 2002, p.73).

De acordo com as abordagens dos autores acima compreendemos que o ensino de Angola foi aliado ou pensado sob o regime colonial, ou seja, perspectiva eurocêntrica devido à colonização e isso acabou por ter uma educação precária, deixando de lado a real história de Angola e do continente africano, como declara Zau (2002):

O sistema de ensino, que se seguiu a pós-independência em Angola, nasceu de uma determinada conjuntura, onde era entendido que a política educativa, considerada como um conjunto de resoluções que um determinado governo leva a cabo para dirigir o sistema de educação e ensino institucionalizado, indissociavelmente encontrava-se associada ao regime político vigente. (Idem, p.117).

Conforme Ferreira (2016) a herança colonial sobrevaloriza as instituições herdadas do processo de civilização técnico-industrial, desvalorizando ou desconhecendo a tradição africana e promovendo uma elite com o objetivo de integração no sistema-mundo. Logo as instituições estavam mais preocupadas em formar as pessoas para o mercado de trabalho e a indústria.

Já no contexto africano a educação não formal nos dá um contacto com a nossa cultura, pensar no outro enquanto pessoa em comunidade, não está preocupado em formar pessoas somente para trabalhar, mas está preocupado em formar pessoas como um ser social que pensa em todos e que valoriza a tradição, de modo que: “Foi esta situação que se verificou em toda a África colonizada por europeus, onde não se soube reconhecer que, se na Europa educação na prática é sinónimo de educação formal, em África a sociedade tem uma forte tradição de educação não formal.” (FERREIRA 2016, p. 3).

E hoje nós vivemos assim em função desses ideais colônias, de modo que as nossas instituições acabaram herdando esses pensamentos europeus hoje mesmo com as independências, por isso que até hoje se diz neocolonização porque a nossas instituições e nossos dirigentes eles pensam dessa maneira, não refletem da necessidade de pensar a nossa cultura local, pensar em uma educação que não pensa só nessa questão do trabalho, que não veja só o homem a mulher que está ser formando para trabalhar mais alguém que estão aí para pensar na comunidade.

Nesta lógica, foi definido um sistema de educação com uma estrutura e modalidades capazes de proporcionar uma educação harmoniosa e integral, isto é, uma educação que em simultâneo permite ao indivíduo desenvolver as suas capacidades físicas, intelectuais, morais, cívicas, estéticas e laborais; promovendo deste modo a construção de uma sociedade livre, democrática, de paz e progresso social. (PEDRO, 2018, p. 41).

De acordo com Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em Angola, de 2001 até 2014, o número de crianças que ingressaram na escola quase quadruplicou. A qualidade e eficiência da oferta educativa tem merecido a atenção do Governo e dos seus principais parceiros. A criança tem o direito de receber educação primária gratuita como algo

de suma importância, por parte do governo e também a qualidade de vida necessária, para que possa ter oportunidades iguais como um cidadão comum para desenvolver suas habilidades. A Constituição da República de Angola, de 2010, reconheceu os direitos e as obrigações dos responsáveis da criança, assim como colocou a criança como absoluta prioridade do Estado e das famílias, outra conquista que foi a aprovação da Lei Nº 25/12 em 2012 sobre o Desenvolvimento Integral da Criança.

5.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ANGOLA

Numa sociedade inclusiva, que se deseja construir em Angola, a diversidade de pessoas não pode ser obstáculo para a igualdade de direitos à educação. Angola um ano após ser escolhida pela Assembleia Geral das Nações Unidas aderiu à convenção dos direitos da criança (1990). Dessa forma, a educação formal tornou-se um dos direitos universais da criança. Apesar do esforço do governo, este direito ainda não é exercido para muitas crianças, isso porque grande parte das crianças ainda está fora do processo de escolarização, especialmente para aquelas que se encontram em situação de deficiência, tem encontrado muitas dificuldades aos acessos sociais, portanto há de se pensar em uma inclusão para todos/as (Patatas e Sanches, 2017).

Como proposto pelas autoras embora tenha se conseguido aderência de algumas leis ainda assim, essa situação vem sendo um problema para as crianças locais, sendo uma dificuldade no dia a dia dessas crianças pelas faltas de escolas e atenção.

A província do Namibe situa-se no litoral sul de Angola. Nesta, o cuidado institucional das crianças com deficiência começa no final do século XX, no ano letivo 1994/1995, na Escola 4 de Fevereiro14 no Município de Moçâmedes, com uma turma anexa constituída por apenas quatro alunos e três professores, que lecionaram a classe de iniciação e a 1ª classe. O número de alunos foi crescendo, entre 2010 e 2012 rondavam os 550, mas com o início do processo de inclusão escolar em 2011, esta escola sentiu um decréscimo no ritmo de crescimento do número de alunos. Isto foi causado pela implementação dos serviços de Atendimento Educacional Especializado, retirando alunos do centro Revista Lusófona de Educação Patatas & Sanches: Desafios da educação especial infantil em Angola 73 da cidade para as zonas suburbanas, assim em 2013 eram 460 e nos anos posteriormente houve oscilações. (PATATAS & SANCHES, 2017, p.72-73).

A educação dentro de uma sociedade deve ser planejada para todos, de igual para igual, tendo que levar se considerar a diversidade de pessoas, sendo, portanto, o respeito aquelas que são portadoras de deficiência. E quanto mais “diferente” o ser humano, quanto mais deficiências ele tem, mais esse direito se impõe. E este é um direito natural, que nem precisaria estar positivado em lei. De modo que não precisava constar na Constituição. Assim, o direito de estar numa sala de aula, junto com crianças da mesma idade, com ou sem deficiência, é anterior ao direito do/a professor/a de ministrar aula (Sartoretto, 2011).

A Educação Especial está implementada nas dezoito províncias de Angola, porém a sua expansão não é uniforme, funcionando em condições pouco desejáveis no que concerne à qualificação do corpo docente. A disponibilidade dos materiais e equipamento específico que faz com que muitas escolas não consigam por albergar crianças com deficiência e a falta de gabinetes psicopedagógicos, entre outros. Esta situação tem muito a ver com a sensibilidade do governo que não cria políticas para essas pessoas, bem como a disponibilidade financeira para sustentar os encargos que este tipo de serviço exige, no caso das crianças deficientes não basta ser lei que todas as crianças com deficiência devem estar inseridas, mas sim incluídos no âmbito educacional e as escola devem estar preparadas e ser mais afetiva com essas crianças e fazer com que de facto elas tem os mesmo direitos com relação a outras crianças (LUCIANO, 2014).

Desta feita há uma visibilidade de dificuldade no que concerne à inclusão das crianças com deficiência no ensino, pois o governo tem uma responsabilidade para com o sistema político educacional, gestão pública, direitos e garantias fundamentam de forma a funcionar, entretanto, as leis da inclusão já existem, mas não deve ficar somente nos papéis. Sobre essa questão Correia (2014) vem ressaltar que:

O conceito de inclusão (leia-se inclusão física, social e académica), como já foi dito, tem sido alvo de equívocos constantes, ou seja, tem sido muito maltratado, incompreendido, mutilado de tal forma, fruto de uma retórica pós-moderna, romântica, exacerbada com frases idílicas, que, no fim de contas, quem acaba por pagar a fatura é um elevado número de crianças e adolescentes com NEES. (CORREIA, 2014, p.13).

Portanto, só teremos uma educação inclusiva realmente, se tivermos uma sociedade inclusiva e um gerenciamento democrático que abraça as diferenças e aceite que cada ser humano carrega diversidade, mas ainda assim com direitos iguais por que a lei é para todos e todas, assim, queremos uma sociedade mais justa livre do preconceito e da discriminação.

A Reforma Educativa que vigora em Angola desde 2002 impõe ao sistema de ensino o desafio da oferta educativa pública de qualidade para todos, rumo a uma sociedade democrática, justa, que reconhece e valoriza a diversidade. Nesta perspectiva, o Ministério de Educação de Angola tem como compromisso impulsionar a transformação do seu sistema educativo para que se consolide a educação inclusiva nas 18 províncias do País, prevendo-se que todos/as os/as alunos/as possam participar e beneficiar com sucesso dos espaços e processos comuns de ensino e de aprendizagem sem exceção de ninguém de forma a termos uma sociedade mais solidaria, na qual todos e todas tem direitos igualitários. (LUCIANO, 2014). Entendo que

A escola é o lugar privilegiado para que a inclusão plena (acesso, permanência, participação, desenvolvimento e sucesso) se operacionalize, dando a cada um o direito de viver e aprender com todos e cada um, respeitando e fazendo-se respeitar, de acordo com a igualdade e a diferença que lhes assiste. As crianças e jovens com NEE obrigaram a “olhar” e a inquietar sobre a necessidade da igualdade de oportunidades e da oferta da eficácia das nossas escolas, sendo cada vez mais difícil (embora ainda possível, em alguns casos) excluir crianças e jovens da escola que é de todos e para todos. (PATATAS & SANCHES, 2017, p. 67).

A educação inclusiva indica, portanto, para a construção de uma sociedade muito mais desenvolvida, sendo esse um processo que conta com a participação de todos/as sem exceção e que exige atitudes inclusivas de forma a favorecer melhor um aprendizado.

A Educação Especial em Angola ainda está organizada de forma segregativa, ou seja, os/as alunos/as com deficiência frequentam as Escolas Especiais e os aparatos de serviços dos Centros de Atendimentos Clínico-Especializados. Em alguns casos, como o verificado em províncias mais distantes, em que não se tem a Escola Especial até mesmo não albergam crianças com algum tipo de deficiência e essas crianças são obrigadas por ficar sem estudar, sem ter nenhuma opção e atendimento educacional, a escolarização desses alunos/as dá-se na prática da “lógica integrativa”, com a figuração da “Classe Especial” em escola comum que por sua vez sente-se a falta de matérias didáticos para poder trabalhar com essas crianças (Lustosa & Luciano, 2017).

Logo essa situação nos remete a pensar que as políticas e leis funcionam apenas para um determinado grupo de pessoas e que está muito distante das pessoas com deficiências e que o governo se limita em cumprir com as suas obrigações.

6 REFERÊNCIAS

ALFAMA, Zezinha, **Escola Inclusiva em Cabo Verde – (in) diferente, eu?** Paginação, Impressão e Acabamento: Tipografia Santos, Lda-2013 ISBN: 978-989-20-3914-5.

ANDRE, Helena Rebeca. **o Ensino de História em Angola: Balanço (1975 – 2009) e prospectiva**,2010. Acesso em 26 janeiro 2020 disponível em: <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/57329/2/tesemestrebecaandre000124633.pdf>.

BENTO, Kivitidi-Makani António, apud. UNESCO-BREDA, **Necessidades Educativas Especiais em Angola**. 1998 Disponível em: <https://fdocumentos.tips/document/necessidades-educativas-especiais-em-angola-periodo-de-construcao-da-paz.html> Acessado 05 set. 2020.

CAMARA, Boubacar. Aprender de mãos dadas ou Construir a paz e solidariedade no espírito dos jovens angolanos. *In*: CAMARA. Boubacar. **Necessidades Educativas Especiais em Angola**. 1998. UNESCO-BREDA. Disponível em: <https://fdocumentos.tips/document/necessidades-educativas-especiais-em-angola-periodo-de-construcao-da-paz.html> Acessado: 05 set. 2020.

CORREIA, Danildo. **Educação inclusiva em Guiné-Bissau 2009 a 2019: Trajetórias escolares e ausência do estado**, 2017. Disponível em: http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/798/1/2017_proj_dcorreia.pdf. Acesso em: 10 nov.2019.

CRESWELL, John W. **PROJETO DE PESQUISA: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 3ª edic. Porto Alegre, 2010.

Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

Lei Constitucional da Republica de Angola 2010 disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxkb2NlbnRlc2VyZ2lvYW1hcmFsfGd4OjY1MzZmODg4ZTJiYjQ1MDE>. Acessado em 26 de fev. 2019

LUCIANO, Lucas. apud. **Iº Congresso Cabo- Verdiano de Educação Inclusiva: Desafiando os Caminhos da Educação Inclusiva em Cabo-verde 2014**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6298653-Desafiando-os-caminhos-da-educacao-inclusiva-em-cabo-verde.html>. Acesso 16 out 2019.

FERREIRA, Mendes Silva da Joao Maria. **Educação e Política em Angola: Uma Proposta de Diferenciação Social**. 7-8 edição Centro de estudos africanos/ISCTE, 2016. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/cea/article/view/8631>> Acesso em 27 jan. 2020.

GIL, Carlos Antônio. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6ª edição, São Paulo, atlas S.A-2010. Acessado em 16 jan. 2020.

LEITE, Teresa. **Currículo e Necessidades Educativas Especiais**, 2011. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/47132143.pdf>>. Acessado em: 20 out. 2019.

LEITE, Maria Ruth Siffert Diniz Teixeira, SILVA Glicélio Ramos. **Inclusão da Pessoa com Deficiência Visual nas Instituições de Educação Superior de Belo Horizonte**, 2006. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2006-apsb-0151.pdf>>. Acesso em: jan. 2020.

LUSTOSA, Geny Francisca e LUCIANO, Lucas. **Cenário Atual De Angola Em Face Da Implementação Da Educação Inclusiva** 2011.Pp, 1 -10. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0197.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2019

MATOS, de Josefa Olinda, *In*: CAMARA. UNESCO-BREDA. **Necessidades Educativas Especiais em Angola. 1998**. Disponível em: <https://fdocumentos.tips/document/necessidades-educativas-especiais-em-angola-periodo-de-construcao-da-paz.html> Acesso em: 05 set. 2020.

MARCONI, Andrade de Marina, LAKATOS, Maria Eva. **Metodologia Científica 5ª Ed**, São Paulo, editora Atlas SP 2010 Acesso em: 15 janeiro 2020.

MINAYO, Sousa de Cecília Maria. **Pesquisa Social. 21ª edição**. Petrópolis (2002) disponível em:

<<file:///C:/Users/cce%20info/Downloads/pesquisa-social%20MINAYO.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2020.

PADRE, Salei Damiano. **Política Nacional de Educação Especial Orientada para a Inclusão Educacional em Angola: O agendamento**. 2016. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas. Acesso em: 28 Jan 2020.

PEDRO, da Cruz Manuel. **Educação Inclusiva e Atratividade do Sistema Educativo Angolano. Um estudo sobre as condições de trabalho nas escolas públicas do ensino primário**. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação Especialidade em Organização e Administração Escolar, Universidade de Minho, 2018. Acesso em: 2 de set de 2019.

PATATAS, Teresa e SANCHES Isabel. **Desafios da Educação Especial infantil em Angola**, 2017. Disponível

<<https://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/8601/1/Desafios%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

ROCHA, Batista de Oliveira Artur, **O papel do professor na educação inclusiva, Ensaios Pedagógicos**, v.7, n.2, julho /Dez 2017. Disponível em <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf> Acesso em: 22 out. 2019.

SAMUANGA Angelo, *In*: CAMARA. Boubacar. **Necessidades Educativas Especiais em Angola**. 1998. UNESCO-BREDA. Disponível em: <https://fdocumentos.tips/document/necessidades-educativas-especiais-em-angola-periodo-de-construcao-da-paz.html> Acesso: 05 set. 2020.

SARTOREO Mara Lúcia **Os Fundamentos da Educação Inclusiva** 2011 Disponível em https://assistiva.com.br/Educa%c3%a7%c3%a3o_Inclusiva.pdf Acesso em: 15 out. 2019.

UNICEF, (Fundo das Nações Unidas para a Infância), 1976. disponível em: <<https://www.unicef.org/angola/o-que-fazemos-em-angola>> Acesso em: 27 jan. 2020.

ZAU, Filipe. **Trilhos para o Desenvolvimento**, Universidade aberta Lisboa 2002, 308 p. disponível em : <<https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/442>>; Acesso em: 15 jan. 2020.